

## **Perfil da produção orgânica no estado de Minas Gerais e as novas relações entre produção e consumo de alimentos**

### ***Profile of organic production in the state of Minas Gerais and the new relationships between food production and consumption***

### **Perfil de la producción orgánica en el estado de Minas Gerais y las nuevas relaciones entre producción y consumo de alimentos**

---

*Janine Ameku NEVES<sup>1</sup>*

*Adriana Maria IMPERADOR<sup>2</sup>*

**Resumo:** O objetivo do trabalho foi identificar o perfil da produção orgânica do estado de Minas Gerais e as novas relações estabelecidas entre os produtores ecológicos e os consumidores reflexivos. Por meio da pesquisa documental do cadastro nacional de produção orgânica foi feita uma análise quantitativa da distribuição geográfica, dos mecanismos de avaliação da conformidade adotados e da diversidade produtiva. A partir das 12 mesorregiões do estado estabelecidas pelo IBGE, verificou-se que a mesorregião sul e sudoeste de Minas Gerais apresenta o maior número de unidades agrícolas e grande diversidade de itens cadastrados. Juntos, o Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade (OPAC) e a Organização de Controle Social (OCS) são responsáveis por 43% das avaliações da conformidade orgânica, enquanto que as certificações por auditoria prevalecem. São apresentados dois estudos de caso que destacam o diferencial dos organismos participativos e apontam novas relações entre produção e consumo de alimentos. A articulação em redes transparentes gera confiança entre produtores e consumidores, garante rastreabilidade e gestão socioambiental

---

<sup>1</sup> Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais (PPGCA), Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL), Campus Poços de Caldas. Poços de Caldas, Minas Gerais, Brasil. Email: [janine.neves@sou.unifal-mg.edu.br](mailto:janine.neves@sou.unifal-mg.edu.br) ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5614-9670>

<sup>2</sup> Professora Associada da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL), Campus de Poços de Caldas, Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais (PPGCA). Poços de Caldas, Minas Gerais, Brasil. Email: [adriana.imperador@unifal-mg.edu.br](mailto:adriana.imperador@unifal-mg.edu.br) ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9755-2586>

participativa uma vez que aproxima os protagonistas, encurta os circuitos de abastecimento e convida a refletir sobre o comportamento alimentar, a conservação ambiental e melhoria da saúde do solo e das pessoas.

**Palavras-chave:** Certificação orgânica; Agricultura familiar; Produtos da sociobiodiversidade; Redes agroalimentares; Transição agroecológica.

## INTRODUÇÃO

As mudanças do uso do solo decorrentes das atividades agrícolas é um dos principais responsáveis pelos problemas de emissões globais de efeito estufa, principalmente o gás carbônico proveniente do desmatamento, gás metano dos ruminantes e o nitrogênio dos fertilizantes. No entanto, os ecossistemas terrestres também são capazes de absorver grandes quantidades de carbono, desde que haja uma gestão ambiental voltada para redução das emissões e aumento da captação de carbono. Neste sentido, opções de agricultura alternativa têm indicado aumentar a produtividade das culturas, a disponibilidade de nutrientes no solo, melhorar o microclima e até incrementar a biodiversidade (SHUKLA et al., 2019).

Uma das formas de mitigar a problemática é a agricultura orgânica, que tem crescido em razão dos benefícios ecológicos e para a saúde humana, sendo atualmente adotada em 190 países, cobrindo uma área total de aproximadamente 75 milhões de hectares em todo o mundo (IFOAM; FIBL, 2022). A Austrália lidera a lista dos países com maiores extensões de terras destinada à produção orgânica, seguida pela Argentina e China (LIMA et al., 2019). No entanto, para atender à crescente demanda, o desafio não restringe a conversão dos agroecossistemas convencionais em orgânicos, mas principalmente à sustentabilidade do circuito produtivo e de abastecimento.

Em termos de regulações, 76 países possuem normativas voltadas para agricultura orgânica completamente implementada, 20 países estão em

andamento e 13 estão elaborando a legislação, conforme os últimos dados coletados em 2021 pela Federação Internacional de Movimentos de Agricultura Orgânica (IFOAM - *Organics International*). No Brasil, o Decreto nº 6.323/2007 regulamenta a Lei nº 10.831/2003 que dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências. Dentre os mecanismos de avaliação da conformidade orgânica previstos na lei, o Sistema Participativo de Garantia (SPG) é reconhecido nacionalmente desde 2007 e equipara a certificação participativa com a auditoria feita pelas empresas certificadoras. Embora outros países da América Latina e Caribe também reconheçam esta metodologia da avaliação da qualidade orgânica, por exemplo, Bolívia, Chile, Costa Rica, Equador, México, Paraguai, Peru e Uruguai (IFOAM; FIBL, 2022) somente o Chile firmou com o Brasil um acordo de equivalência entre as normativas de produtos orgânicos<sup>3</sup>. Isto significa que desde 2018 um produto orgânico certificado no Brasil é reconhecido como orgânico no Chile e vice e versa.

Minas Gerais foi o primeiro estado a implementar uma política pública estadual voltada para a agroecologia e a produção orgânica. Desde 2014 foi sancionada a Lei nº 21.146/14 que tem o objetivo de ampliar e fortalecer a produção, o processamento e o consumo de produtos orgânicos, agroecológicos e em transição. Neste contexto, o objetivo da pesquisa foi identificar o perfil da produção orgânica no estado de Minas Gerais por meio da distribuição espacial dos dados de junho de 2022 do Cadastro Nacional de Produção Orgânica (MAPA, 2022). Para aprofundar as reflexões sobre os processos participativos de certificação e autogestão foram selecionados dois estudos de caso de mecanismos participativos que buscam responder a seguinte pergunta norteadora: de que forma as certificações orgânicas criam novas relações entre os produtores ecológicos e os consumidores reflexivos? Esta pesquisa é relevante, pois permite localizar as regiões de maior concentração de produção

<sup>3</sup>Ver [https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/sustentabilidade/organicos/arquivosorganicos/Memorando\\_Chile\\_Portugues.pdf](https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/sustentabilidade/organicos/arquivosorganicos/Memorando_Chile_Portugues.pdf)

em conformidade orgânica e compreender o contexto impulsor de produtores orgânicos do estado de Minas Gerais.

Além desta introdução, um breve referencial teórico fundamenta as novas relações entre produção e consumo que são estabelecidas a partir dos mecanismos de garantia da conformidade orgânica. Em seguida, os procedimentos metodológicos utilizados neste artigo são apresentados seguidos pelos resultados encontrados que foram cruzados com a literatura pertinente. Por último, são tecidas as considerações finais e indicadas as referências utilizadas.

## **A CONFORMIDADE ORGÂNICA E A CONSTRUÇÃO DE NOVAS RELAÇÕES AGROALIMENTARES**

Os diferentes sistemas de certificação orgânica surgiram na publicação da primeira regulamentação técnica da agricultura orgânica, a Instrução Normativa IN 007 publicada em 1999. Em 2002, foi criado o Grupo de Agricultura Orgânica (GAO) que protagonizou diálogos entre os setores público e privado que contribuíram diretamente com a proposição da lei complementar 14/02 que posteriormente foi normatizada na lei nº 10.831/03 (FONSECA; LEITE; ALMEIDA, 2020). Era antigo o desejo de regulamentar a agricultura orgânica e criar a primeira certificação participativa em rede, uma vez que as normas e procedimentos da certificação por auditoria eram inadequados para a realidade da agricultura familiar e ocasionava exclusões. Somente em 2007 os Sistemas Participativos de Garantia (SPG) foram reconhecidos como forma de avaliação da conformidade orgânica com o decreto 6.323 (BRASIL, 2007).

Atualmente, dois tipos de Organismos de Avaliação da Conformidade (OAC) são previstos em lei (BRASIL, 2007), a auditoria, procedimento mais utilizado internacionalmente que consiste na contratação de um avaliador externo e os Organismos Participativos de Avaliação da Conformidade orgânica

(OPAC), que são responsáveis jurídicos pelos núcleos ou grupos de agricultores que compõem os SPGs. A terceira forma de atestar a qualidade orgânica é por meio da venda direta, onde uma declaração comprobatória é emitida para os produtores vinculados à Organização de Controle Social (OCS), uma conquista da sociedade civil organizada (MACHADO et al., 2019).

De acordo com Darolt e Rover (2021), os sistemas orgânicos e agroecológicos podem ser considerados redes agroalimentares alternativas das convencionais (Quadro1), uma vez que ocorre a transformação de gestão, dos canais de abastecimento e, sobretudo a qualidade dos produtos, dos valores e da relação entre as pessoas.

**Quadro 1-** Características e padrões distintivos entre o sistema agroalimentar convencional e elementos do que seriam redes agroalimentares alternativas ou cidadãs.

<b>Características e Categorias de análise</b>	<b>Convencional</b>	<b>Rede agroalimentar alternativa ou cidadã</b>
Canais de venda e relação com intermediário	Canais longos; Maior nº de intermediários e atravessadores	Canais curtos; Venda direta ou no máximo um intermediário
Distância e relação com Consumidores	Afastamento entre produção e consumo (espacial, informacional, e relacional; menor conexão produtor-consumidor	Proximidade; Identidade territorial Informação da origem, produtor, sistema produtivo; Maior conexão produtor-consumidor
Gestão	Gestão por contratos; Cooperativismo Industrial; integração vertical	Autogestão; maior participação; intercooperação; circuitos de comercialização em redes
Escala saudabilidade, Padrão de consumo, Produtos e embalagens	Mercado global, <i>commodities</i> ; grande escala; grande presença de produtos processados e ultraprocessados; baixa saudabilidade; consumo de massa; grande uso de embalagens plásticas	Mercados locais; escala ajustada aos contextos territoriais; produtos da época; foco em produtos mais saudáveis; artesanais; coloniais; <i>in natura</i> ou minimamente processados; consumo consciente; qualidade biológica; redução de embalagens (produtos a granel)
Qualidade	Padronização; especialização; visão de produto (aparência, tamanho, durabilidade)	Diferenciação; visão de processo (qualidade biológica, frescor, sabor, gastronomia); segurança alimentar
Relações e valores entre Atores	Relações impessoais; foco na compra e venda; Competição; Anonimato dos produtores	Construções sociais; resgate de valores, tradições, modos de vida; confiança; solidariedade; transparência; democracia alimentar
Preços, autonomia, dependência; perdas, risco	Preços baixos- intermediários e empresas comercializadoras; concorrência; menor autonomia; maior dependência do sistema; perdas e desperdícios; maior risco para produtor	Busca de preços justos; valorização dos agricultores; cooperação social; maior autonomia; interdependência e inter-relação entre atores; menor perda de produtos; riscos controlados para o produtor

Logística	Adaptada para larga escala e especialização de produtos e processos	Em construção quanto a infraestrutura e processos. Complexa pela diversidade de produtos, produtores e situações de abastecimento
Sistema de produção Predominante; agrobiodiversidade; tipos de agricultores	Convencional; industrial; empresarial. Baixa agrobiodiversidade; agricultores inseridos em cadeias bem definidas e agricultores familiares consolidados.	Orgânico; agroecológico; Agricultura Familiar (AF); maior agrobiodiversidade; agricultores familiares diversificados; AF vulneráveis, se inserindo no mercado; Pluriatividade (importância da renda não agrícola)
Representatividade nas Vendas	Larga escala	Pequena escala, em ampliação

Fonte: Darolt e Rover (2021)

Por ser um processo de elevados custos e requisitos técnicos, tanto para a empresa certificadora quanto para o produtor rural (LIMA et al., 2020), muitos agricultores familiares se organizaram em núcleos, cooperativas e associações para garantir a conformidade orgânica coletivamente por meio do credenciamento como OPAC ou OCS no MAPA. Contudo, os mecanismos de avaliação por auditorias e os OPACs podem utilizar o selo que identifica o produto orgânico, enquanto que os OCS não apresentam selos e permitem apenas comercialização direta. As formas diretas de comercialização, seja por meio de feiras, entregas de cestas aos consumidores, vendas na propriedade, mercados institucionais, entre outros, promove maior interação entre os que produzem e os que consomem alimento e cria relações confiança e solidariedade. Os vínculos estabelecidos entre os produtores e consumidores locais proporciona a reflexão e a discussão de pautas para a reconstrução de um sistema agroalimentar pós COVID-19 (ALTIERI; NICHOLLS, 2022). Desta forma, é possível repensar coletivamente a produção, distribuição e consumo de alimentos, buscando valorizar os produtores e a produção com preços justos. A conversão de agroecossistemas convencionais em orgânicos e agroecológicos também sugere a minimização das interrupções no fornecimento de alimentos decorrentes da pandemia e das mudanças climáticas, uma vez que fortalece os sistemas alimentares localizados. Neste sentido, o apoio às práticas econômicas alternativas, por exemplo, *fair trade* (comércio justo) e os circuitos

curtos<sup>4</sup> contribui com o desenvolvimento de novas relações agroalimentares, pois se assentam em valores territoriais e culturais das regiões nas quais são produzidos e consumidos (CASSOL; SCHNEIDER, 2015).

## METODOLOGIA

Neste trabalho analisamos os dados levantados a partir do Cadastro Nacional de Produção Orgânica (CNPO/MAPA) de junho de 2022, do Censo Agropecuário de 2017 e das mesorregiões definidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O CNPO é um documento público, disponibilizado mensalmente desde 2011 pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Para organizar a planilha de dados primários, que contém a modalidade da avaliação de conformidade orgânica, entidade responsável, localização geográfica, dados dos agricultores, escopo e descrição produtiva, foi feita uma seleção das informações relativas ao estado de Minas Gerais e classificadas para as 12 mesorregiões (Figura 1).

**Figura 1** – Localização da área de estudo e as 12 mesorregiões que compõem o estado de Minas Gerais



Fonte: Elaborado pelas autoras (2023).

<sup>4</sup>Embora alguns autores se refiram a cadeias curtas, neste trabalho é utilizada a expressão circuito de abastecimento em consonância com a ideia de inovação social expressa por Darolt e Rover (2021, p. 27) quando observa a diferença etimológica entre as palavras “cadeias” e “circuitos”. Os autores explicam que “o termo circuito está mais associado a uma trajetória, um itinerário, ligado com o que é cíclico, algo ‘que circula’ no sistema e pressupõe trocas e interrelações. O termo ‘cadeia’ remete a algo ‘mais fechado’ e linear.”

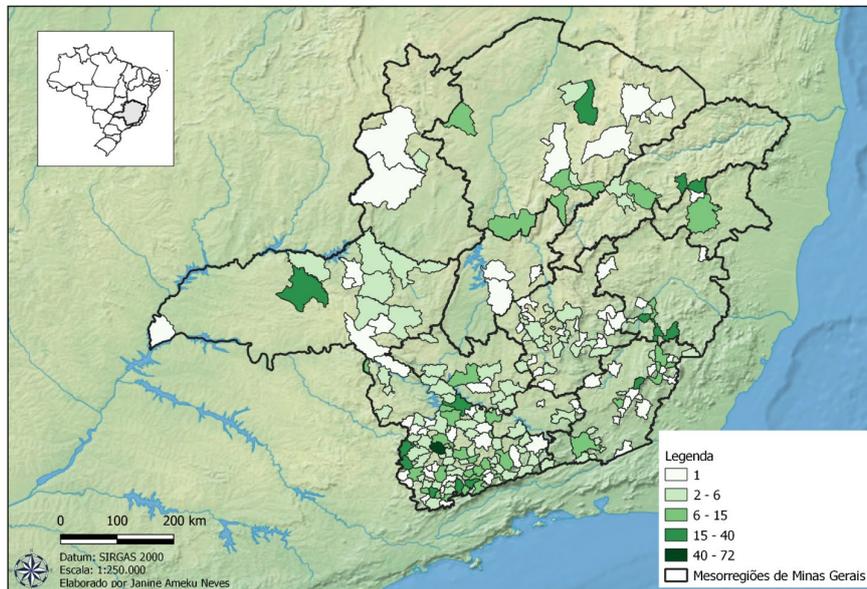
Foi feita a contagem dos cadastros de produtores por município, por mecanismos de avaliação da conformidade vinculados e agrupados em micro e mesorregião. Para auxiliar a análise foi feito um mapa da distribuição espacial por meio do Sistema de Informações Geográficas (SIG) QGIS versão 3.22 que integrou as camadas de localização geográfica (*shapefiles*) do IBGE com as informações organizadas da planilha. A ferramenta de densidade permitiu visualizar as localidades de maior ocorrência das unidades produtivas cadastradas e, a partir da identificação destas áreas, foram selecionados dois estudos de caso. Segundo Yin (2005), os estudos de casos são ideais para se compreender um fenômeno contemporâneo inserido em contexto da vida real quando se tem pouco controle sobre os acontecimentos.

A metodologia utilizada para identificar as relações produzidas por grupos de certificação participativa consistiu nas visitas de verificação, que são consideradas um dos principais mecanismos de controle da conformidade orgânica. Nestas visitas é obrigatória a participação de no mínimo três membros do grupo, o coordenador da visita, que necessariamente é um agricultor de outro núcleo e os colaboradores, constituídos pelos consumidores, técnicos e organizações públicas, privadas ou Ongs (HIRATA; ROCHA; NERY, 2020). As visitas aconteceram no segundo semestre de 2022 com dois grupos, um OCS e outro SPG e teve por objetivo verificar o cumprimento as normas e compreender quais relações são estabelecidas entre produtores e consumidores.

## RESULTADOS

Os resultados definitivos do último censo agropecuário indicaram que 85% dos produtores do estado de Minas Gerais ocupados em estabelecimentos agropecuários são do sexo masculino entre 55 a 64 anos (IBGE, 2017). Regularmente cadastrado como orgânicos são 1.070 produtores (MAPA, 2022) localizados em 220 das 853 cidades de Minas Gerais (Figura 1).

Figura 1 – Distribuição dos cadastros de agroecossistemas orgânicos do estado de Minas Gerais por mesorregião.



A partir dos dados coletados nesta pesquisa verificamos que as mesorregiões Sul e Sudoeste de Minas (568) seguida da Zona da Mata (117) e Norte de Minas (58) destacam-se pelos maiores números de produtores orgânicos cadastrados (Tabela 1). Importante observar que são áreas em que foram estabelecidas políticas públicas de apoio à agroecologia através da criação do Polo Agroecológicos. A pioneira foi a mesorregião da Zona da Mata com a Lei nº 23.207/2018, seguido do Sul e Sudoeste de Minas com a Lei nº 23.939/2021 e, recentemente, o Norte de Minas com a Lei nº 24.176/2022. Outro fator contribuinte da concentração de cadastros na mesorregião sul e sudoeste é o OPAC Orgânicos Sul de Minas que está inserido neste território.

**Tabela 1** - Distribuição dos cadastros de produtores orgânicos do estado de Minas Gerais, conforme a classificação por mesorregião e microrregião do

IBGE

Mesorregião	Microrregião	Nº de produtores
Sul e Sudoeste de Minas Gerais (568)	Poços de Caldas	52
	Pouso Alegre	80
	São Sebastião do Paraíso	6
	Passos	25
	Varginha	90
	Santa Rita do Sapucaí	43
	Alfenas	85
	São Lourenço	63
	Andrelândia	12
Zona da Mata (117)	Itajubá	112
	Ponte Nova	1
	Manhuaçu	38
	Viçosa	28
	Muriaé	9
	Ubá	12
	Juiz de Fora	28
Norte de Minas Gerais (58)	Cataguases	1
	Januária	13
	Janaúba	18
	Salinas	2
	Pirapora	7
	Montes Claros	4
	Grão-Mogol	1
Metropolitana de BH (51)	Bocaiúva	13
	Sete Lagoas	15
	Pará de Minas	2

	Belo Horizonte	15
	Itabira	15
	Itaguara	6
	Uberlândia	29
	Patrocínio	9
Triângulo Mineiro (50)	Patos de Minas	3
	Frutal	1
	Araxá	8
	Pium-í	46
	Formiga	11
Oeste de Minas Gerais (46)	Oliveira	8
	Campo Belo	1
	Capelinha	18
Jequitinhonha (40)	Araçuaí	22
	Caratinga	32
	Ipatinga	5
Vale do rio Doce (39)	Governador Valadares	1
	Ganhães	1
	Lavras	20
Campos das Vertentes (26)	Barbacena	5
	São João del Rei	1
	Paracatu	1
Noroeste de Minas (5)	Unai	4
	Curvelo	2
Central Mineira (3)	Três Marias	1
Vale do Mucuri (1)	Teófilo Otoni	1

Fonte: Elaborado pelas autoras (2023).

Embora a agricultura orgânica esteja presente em todas as mesorregiões do estado mineiro, observou-se um nítido contraste entre as mesorregiões do Sul e Sudoeste (568), Zona da Mata (117) e Norte de Minas (58) quando comparados com as mesorregiões do Noroeste mineiro (5), a região Central (3) e o Vale do Mucuri (1). A forte presença da mineração nas localidades de pouca ocorrência da agricultura orgânica pode ser um indicativo do uso do solo conflitante e possíveis disputas territoriais. No estudo de Brito e colaboradores (2023) sobre a distribuição espacial dos produtores orgânicos do estado de São Paulo, os autores observaram maior concentração da produção orgânica nas áreas onde não havia pressão do setor sucroenergético, um dos principais usos do solo do estado paulista.

No estado mineiro houve algumas macrorregiões que apresentaram microrregiões mineiras com nenhum cadastro de produtor orgânico (Quadro 2).

**Quadro 2** – Relação de macrorregião com microrregiões desertas da produção orgânica

Macrorregião	Microrregião (es)
Jequitinhonha	Almenara, Diamantina e Pedra Azul
Vale do Mucuri	Nanuque
Triângulo Mineiro	Ituiutaba e Uberaba
Central mineira	Bom Despacho
Metropolitana de BH	Conselheiro Lafaiete, Ouro Preto, Conceição do Mato Dentro
Vale do Rio Doce	Aimorés, Mantena, Peçanha
Oeste de Minas	Divinópolis

Fonte: Elaborado pelas autoras (2023).

Scalco e Pinto (2021) comentam alguns fatores que corroboram com a decisão da conversão e sustentação da certificação orgânica, entre eles, os custos de conversão do agroecossistema convencional para o orgânico. Outros fatores como a manutenção, dificuldades no entendimento e cumprimento das normas, canais de divulgação e escoamento também representam barreiras significativas.

Com relação à produção, o principal escopo é a produção primária vegetal e, embora o estado de Minas Gerais seja forte contribuinte da produção nacional cafeeira com 25% da produção total do país (ALVES, 2019), nota-se uma diversidade de produtos registrados na plataforma CNPO (Quadro 3).

**Quadro 3** – Principais itens com maior frequência de cadastros por mesorregião do estado de Minas Gerais

Mesorregião	Itens
Sul e Sudoeste	Café, feijão, abóbora, banana, milho
Zona da Mata	Café, banana, abacate, abóbora, feijão
Norte de Minas	Mel, café, cana-de-açúcar, abóbora, quiabo
Metropolitana de BH	Mel, própolis, cera, abóbora, mandioca
Triângulo Mineiro	Café, banana, alface, tomate, mandioca
Oeste de Minas Gerais	Mel, própolis, café, alface, abacate
Jequitinhonha	Alface, laranja, feijão, banana
Vale do Rio Doce	Mel, cera, própolis, café, alface
Campos das Vertentes	Feijão, banana, jiló, chuchu, tomate
Noroeste de Minas	Milho, feijão, mandioca, abóbora, limão

Central Mineira	Mandioca, banana, cana de açúcar
Vale do Mucuri	Alface, banana, limão, abóbora, mandioca

Fonte: Elaborado pelas autoras (2023).

A diversificação produtiva é uma forma de promover maior equilíbrio ecológico do ambiente e segurança alimentar e nutricional das famílias dos produtores, pois o aumento e a diversificação da produção de autoconsumo dos agricultores permitem uma melhora significativa na alimentação (LIMA et al., 2019). Importante destacar que as regiões *clusters* da produção orgânica são caracterizadas por pequenas e médias cidades rurais (ALVES, 2019) geograficamente próxima aos mercados de comercialização, conforme revela a Figura 2.

Figura 2 – O estado de Minas Gerais possui 74 iniciativas registradas no mapa de feiras orgânicas enquanto que o estado de São Paulo conta com 240 iniciativas e Rio de Janeiro 81 iniciativas.



Fonte: IDEC (2022)

A plataforma *onlineMapa* de feiras orgânica é organizada pelo Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (IDEC, 2022) e possuía, até setembro de 2022, 1.044 iniciativas cadastradas em todo Brasil, sendo expressiva a participação da região sudeste, com 405 registros.

Schneider (2021) enfatiza a importância das relações de proximidade na restrição ou redução de intermediários e a preferência pelo contato direto entre os ofertantes e os demandantes de produtos alimentares. Isto não só ressignifica as relações de produção e consumo como também contribui com a construção de mercados reflexivos.

## **DISCUSSÕES E ESTUDOS DE CASO**

O estado de Minas Gerais enfrenta entraves similares aos encontrados no estado de São Paulo e observados por Carolino (2021), quais sejam os desafios da parceria público e privado, carência de assistência técnica e a popularização do escoamento da produção. Adicionalmente, Borsatto e colaboradores (2019) comentam sobre a insuficiência dos mercados institucionais baseados em compras públicas para territorializar os processos de transição orgânica e agroecológica. Neste sentido, a organização social e os mercados territoriais são de extrema importância para o contexto de segurança alimentar e nutricional, no entanto que necessitam de políticas públicas governamentais de apoio (CSM, 2016).

A seguir são analisados os dois mecanismos participativos de avaliação da conformidade orgânica localizados na mesorregião Sul de Minas Gerais com maior número de produtores vinculados.

### **SPG – BRAZÓPOLIS**

A Associação dos Produtores Orgânicos de Brazópolis (Brazorgânicos) é um núcleo composto por 16 produtores fundado em 2019 com o objetivo de trabalhar de acordo com o sistema orgânico de produção. É parte da Central de Associações dos Agricultores Orgânicos do Sul de Minas (OSM), que completou

em novembro de 2022, uma década de existência e congrega 8 associações, 2 cooperativas e 6 grupos informais de diferentes municípios.

As principais atividades estão relacionadas à produção de café, banana, hortaliças e plantas medicinais. Os alimentos produzidos são prioritariamente comercializados localmente por venda direta, no entanto, alguns agricultores possuem também a certificação dos cafés especiais por auditoria e *Fair Trade* que permitem a exportação e a valorização comercial da cultura.

As visitas de verificação aconteceram durante o período da manhã e tarde dos dias 7 e 8 de novembro de 2022, onde foram verificados cinco agroecossistemas diferentes. Participaram da visita de verificação da conformidade uma produtora do núcleo EcoMinas – também vinculado à OPAC OSM, três produtores do núcleo Brazorgânicos, um engenheiro agrônomo da Emater de Brazópolis e uma pesquisadora universitária.

O percurso das visitas a cada unidade produtiva consistiu na verificação da situação das lavouras, galpões, depósitos e/ou estrutura de armazenamento de ferramentas, disposição e identificação dos insumos e sementes, estoque e higienização da produção. Também faz parte da verificação a conferência da documentação obrigatória que garantem a rastreabilidade, no caso, o Plano de manejo e as anotações do diário de campo.

Dentre os cinco agroecossistemas verificados, um deles apresentou não conformidade e, como medida corretiva, o coordenador do grupo decidiu em conjunto com os demais participantes, as recomendações e o prazo para adequação. Nota-se que este tipo de certificação não apresenta o caráter punitivo, no entanto a recorrência de uma não conformidade anteriormente detectada prejudica todo o grupo que, em última instância, opta pela exclusão do produtor/a infrator/a. Segundo o grupo, não houve histórico da tomada desta via, uma vez que muitas das infrações acontecem por desconhecimento ou descuido e tão logo foram sanadas.

## OCS – ITAJUBÁ

Composto por 39 famílias, o bairro Peroba é uma localidade rural caracterizada pela presença da produção agrícola familiar, sendo 16 produtores cadastrados na OCS Peroba. Produz também de forma convencional, situação prevista no Decreto nº 6.33/2007, com a devida separação entre a produção orgânica e paralela.

O grupo possui mais de 70 itens cadastrados entre hortaliças, verduras e tubérculos. O principal destino de escoamento da produção é a entrega de cestas diretamente ao consumidor, os mercados institucionais (PNAE) e da feira orgânica e agroecológica. É um grupo familiar importante para o abastecimento local, pois apresenta diversidade, qualidade e preços justos.

A visita de verificação aconteceu no dia 11 de novembro de 2022, foi organizado pelas famílias produtoras e totalizou dois agroecossistemas visitados. Inspirado nas visitas de pares e de verificação da conformidade orgânica dos OPAC, segue o mesmo formato de percurso nas lavouras e inspeção das estruturas de armazenamento e depósitos. O grupo foi composto pelo técnico da Emater, consumidores locais, pesquisadores da universidade parceira, pesquisadora de outra universidade, produtores locais pertencentes ao grupo e outros produtores não vinculados ao grupo e pertencentes a outros bairros do município.

O grupo conta com o apoio da prefeitura municipal, que realiza doações de sementes, tem parceria com o grupo de pesquisa e com a empresa incubada da universidade federal local e da Emater, que apoia fortemente o turismo rural local. Embora sofra descontinuidades, estes aliados externos à comunidade rural auxiliam no desenvolvimento de projetos e participações de editais de financiamento e aquisição de equipamentos.

Quando comparado com as especificações do relatório de verificação da OPAC, o relatório da OCS apresentou maior detalhamento quanto às questões

socioambientais, por exemplo, a participação das mulheres e demais membros da família e as questões de saneamento. Provavelmente se deve ao fato da elaboração deste documento ter sido feita de forma colaborativa pelo técnico da Emater com os pesquisadores da universidade parceira e inspirado no modelo SPG.

O quadro 4 apresenta os principais critérios observados de cada modalidade e registrados no relatório das visitas de verificação da conformidade orgânica.

**Quadro 4**–Critérios avaliados por cada mecanismo de avaliação da conformidade orgânica

OCS – Itajubá	SPG – Brazópolis
<ul style="list-style-type: none"><li>• Situação da propriedade (em conversão, já convertida);</li><li>• Participação da família, mulheres e contratados;</li><li>• Situação da infraestrutura e saneamento (limpeza da caixa d'água e resíduos sólidos)</li><li>• Manejo da área;</li><li>• Avaliação de riscos de contaminação</li><li>• Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP)</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Situação das sementes e mudas (própria, comprada, doada ou trocada);</li><li>• Manejo da área;</li><li>• Classificação da produção (cultura, área plantada, época de plantio e quantidade colhida);</li><li>• Forma de comercialização;</li><li>• Áreas protegidas;</li><li>• Cadastro Ambiental Rural (CAR)</li></ul>

Fonte: Elaborado pelas autoras (2023)

Os estudos de caso apontaram a importância dos mecanismos participativos de conformidade orgânica para o acesso à alimentos isentos de contaminantes e a efetivação dos circuitos curtos abastecimento, seja por meio da venda direta ou pelos mercados alternativos. De maneira geral, foi possível identificar alguns fatores fundamentais para ocorrência da conformidade orgânica, por exemplo, o acesso ao ecossistema natural, conhecimento e cultura, sistema de troca (de sementes, insumos e práticas efetivas), redes de protagonistas (produtores ecológicos e consumidores reflexivos), discurso mobilizador e certa paridade de gênero, tanto no aspecto organizativo quanto nas tomadas de decisão. Neste aspecto, ressalta-se que ainda há muito o que

avançar, uma vez que as mulheres são minoria entre os certificados, e se faz necessário dar visibilidade ao seu trabalho.

Outros aspectos pontuados por Lima et al. (2019) foram observados e merecem ampliação, por exemplo, a conservação de sementes crioulas, o investimento e a difusão de pesquisas, experiências e inovações tecnológicas baseadas nos princípios da produção orgânica como estratégias necessárias para a transição e manutenção dos sistemas produtivos. Neste sentido é necessário um esforço contínuo no sentido de estabelecer parcerias, incentivar inovações e ampliar investimentos focados em abordagens agroecológicas, aspectos também reforçados por pesquisadores internacionais (HLPE, 2019, MIGLIORINI et al., 2020). Finalmente, observou-se que os mercados locais desempenham um comportamento social antissistêmico, pós-capitalista e uma forma de produção antimercadoria que, juntamente com a autogestão e certificação voluntárias, influenciam na construção de mercados de consumidores reflexivos (NIGH; CABAÑAS, 2015).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A produção orgânica está presente em todas as mesorregiões do estado de Minas Gerais, apresenta diversidade de itens e é certificada pelos três mecanismos de avaliação da conformidade previstos por lei. Seguindo a tendência nacional, prevalece a certificação orgânica emitida pelas empresas certificadoras, a posse da terra e manejo do agroecossistema feito por homens entre 55 e 64 anos. A mesorregião sul e sudoeste mineira destaca-se pelo maior número de cadastros de produtores orgânicos e adicionalmente é a mesorregião que possui a OPAC de maior expressividade do estado. Em seguida estão as mesorregiões da Zona da Mata e Norte de Minas.

A concentração dos cadastros na região sul e sudoeste do estado deve-se ao fato da ruralidade caracterizada pelas pequenas e médias cidades sul

mineiras geograficamente localizada em regiões montanhosas com aptidão agrícola e também pela proximidade geográfica de dois grandes centros consumidores, os estados de São Paulo e Rio de Janeiro. Em contraponto, as mesorregiões Vale do Mucuri e Central Mineira apresentaram as menores ocorrências, as maiores distâncias dos grandes centros consumidores e com o uso do solo predominante de mineração.

Naquelas regiões com maior produção, nota-se o protagonismo dos atores na articulação de redes, feiras e canais de escoamento como também na criação de políticas públicas voltadas ao tripé socialmente justo, ambientalmente correto e economicamente viável. São mesorregiões que conseguiram romper, em alguma medida, alguns padrões convencionais de produção de alimentos e efetivaram a criação de Polos Agroecológicos. Ainda que sofram pressões e competem em desigualdade com os circuitos longos industrializados, são sistemas de base ecológica que resistem, estão em crescimento e reinventam-se diante das coerções do sistema agroalimentar hegemônico.

Embora não tenha sido objeto de estudo, a proximidade geográfica aos grandes centros do Sudeste, notadamente São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, indicam o potencial de expansão dos canais de escoamento em nível regional da produção. Recomendam-se pesquisas futuras focadas na ponta do circuito de abastecimento para compreender com maior profundidade as demandas, as oportunidades e os fatores limitantes.

De maneira geral, o trabalho destaca a importância da participação da sociedade civil e da articulação da rede de produtores na conquista dos marcos legislativos e na construção dos mercados alternativos. O pioneirismo das modalidades participativas de avaliação da conformidade orgânica contribuiu com a criação dos circuitos curtos, estratégias importantes para impulsionar o desenvolvimento sustentável no território. Quando associadas à agroecologia, permite conectar produtores ecológicos e consumidores reflexivos capazes de provocar transformações no sistema agroalimentar, pois envolve o compromisso e engajamento de todos.

NEVES, J. A.; IMPERADOR, A. M. Profile of organic production in the state of Minas Gerais and the new relationships between food production and consumption. ORG & DEMO (Marília), v. 24, Fluxo Contínuo, e023006.

**Abstract:** The objective of this work was to identify the profile of organic production in the state of Minas Gerais and the new relationships established between ecological producers and reflective consumers. Through documentary research of the national register of organic production, a quantitative analysis of the geographical distribution, the conformity assessment mechanisms adopted and the productive diversity was carried out. From the 12 mesoregions of the state defined by IBGE, it was verified that the south and southwest mesoregion of Minas Gerais has the largest number of agricultural units and great diversity of registered items. Together, the Participatory Conformity Assessment Body (OPAC) and the Social Control Organization (OCS) are responsible for 43% of organic compliance assessments, while audit certifications prevail. Two case studies are presented that highlight the differential of participatory organizations and point out new relationships between food production and consumption. The articulation in transparent networks generates trust between producers and consumers, guarantees traceability and participatory socio-environmental management since it brings the protagonists closer together, shortens supply circuits and invites reflection on eating behavior, environmental conservation and improvement of soil and plant health people.

**Keywords:** Organic certification; Family farming; Sociobiodiversity products; Agrifood networks; Agroecological transition.

**Resumen:** El objetivo del trabajo fue identificar el perfil de la producción orgánica en el estado de Minas Gerais y las nuevas relaciones que se establecen entre productores ecológicos y consumidores reflexivos. A través de la investigación documental del registro nacional de producción orgánica, se realizó un análisis cuantitativo de la distribución geográfica, los mecanismos de evaluación de la conformidad adoptados y la diversidad productiva. De las 12 mesorregiones definidas por el IBGE, se verificó que la mesorregión sur y suroeste de Minas Gerais tiene mayor número de unidades agrícolas y gran diversidad de productos registrados. Juntos, el Organismo de Evaluación Participativa de la Conformidad (OPAC) y el Organismo de Control Social

(OCS) representam 43% de las evaluaciones de cumplimiento orgánico, mientras que las certificaciones de auditoría prevalecen. Se presentan dos estudios de caso que destacan el diferencial de las organizaciones participativas y señalan nuevas relaciones entre la producción y el consumo de alimentos. La articulación en redes transparentes genera confianza entre productores y consumidores, garantiza trazabilidad y gestión socioambiental participativa ya que acerca los protagonistas, acorta circuitos de abastecimiento e invita a la reflexión sobre las conductas alimentarias, la conservación del medio ambiente y mejora de la salud de los suelos y las personas.

**Palabras clave:** Certificación orgánica; Agricultura familiar; productos de la sociobiodiversidad; redes agroalimentarias; Transición agroecológica.

## REFERÊNCIAS

ALTIERI, M. A.; NICHOLLS, C. I. Agroecología, policrisis global y la transformación de los sistemas alimentarios. Medellín: CELIA, 2022.

ALVES, F. D. O agronegócio do café e a territorialização no sul de Minas Gerais. In: ALVES, F. D.; AZEVEDO, S. C.; COCA, E. L. F.; VALE, A. R. (Org.). A dimensão política no espaço: conflitos e desigualdades territoriais na sociedade contemporânea. Alfenas: UNIFAL, 2019. p. 306- 323

BORSATTO, R. S. et. al. Desafios dos mercados institucionais para promover a transição agroecológica. Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas, v. 39, n. 1, p. 99-113, 2019.

BRASIL. Lei nº10.831, de 23 de dezembro de 2003. Dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências. Brasília, DF, 2003. Disponível em:[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/l10.831.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.831.htm). Acesso em: 21 set. 2022.

BRASIL. Decreto nº 6.323, de 27 de dezembro de 2007. Regulamenta a Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências. Brasília, DF, 207. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6323.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6323.htm). Acesso em: 05 out. 2022.

BRASIL. Instrução normativa nº 50, de 05 de novembro de 2009. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/sustentabilidade/organicos/arquivos-organicos/legislacao/portugues/instrucao-normativa-no-50-de-05-de-novembro-de-2009-selo-federal-do-sisorg.pdf/view>. Acesso em 05 out. 2022.

BRITO, T. P.; ARAGÃO, S. S.; SOUZA-ESQUERDO, V. F.; PEREIRA, M. S. Perfil dos agricultores orgânicos e as formas de avaliação da conformidade orgânica no estado de São Paulo. Revista de Economia e Sociologia Rural, v. 61, n. 3, e260825, 2023.

CAROLINO, K. Agricultura em São Paulo: uma análise sobre os programas públicos instituídos no município. 248 f. 2021. Tese (Doutorado em Ciência Ambiental) - Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental - Instituto de Energia e Ambiente da Universidade de São Paulo.

CASSOL, A.; SCHNEIDER, S. Produção e consumo de alimentos: novas redes e atores. Lua Nova. São Paulo, v. 95, p. 143-177, 2015.

CIVIL SOCIETY AND INDIGENOUS PEOPLES' MECHANISM (CSM). Connecting smallholders to markets: an analytical guide. Rome, 2016.

DAROLT, M. R.; ROVER, O. J. (Orgs.). Circuitos curtos de comercialização, agroecologia e inovação social. Florianópolis: Estúdio Semprelo, 2021.

FONSECA, M. F. A. C.; LEITE, R. M.; ALMEIDA, L. H. M. A regulamentação da agricultura orgânica no Brasil: memórias do grupo de agricultura orgânica e do fórum e do Fórum Brasileiro de Sistemas Participativos de Garantia. In: HIRATA, A. R.; ROCHA, L. C. D. (Orgs.). Sistemas Participativos de Garantia do Brasil: Histórias e experiências. Pouso Alegre: IFSULDEMINAS, 2020. p.60-79.

HIRATA, A. R.; ROCHA, L. C. D.; NERY, J. A. O Sistema participativo de garantia do Sul de Minas. 2. ed. Pouso Alegre: Ifsuldeminas, 2020.

HIGH LEVEL PANEL OF EXPERTS (HLPE). Agroecological and other innovative approaches for sustainable agriculture and food systems that enhance food security and nutrition. Rome, jul., 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo agro 2017. Resultados definitivos. Brasília, DF, 2017. Disponível em:[https://censoagro2017.ibge.gov.br/templates/censo\\_agro/resultadosagro/index.html](https://censoagro2017.ibge.gov.br/templates/censo_agro/resultadosagro/index.html) Acesso em: 06 set. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Meso e microrregiões do IBGE. Brasília, DF, 2017. Disponível em:[https://www.mg.gov.br/sites/default/files/paginas/arquivos/2016/ligminas\\_10\\_2\\_04\\_listamesomicro.pdf](https://www.mg.gov.br/sites/default/files/paginas/arquivos/2016/ligminas_10_2_04_listamesomicro.pdf). Acesso em: 20 ago. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE DEFESA DO CONSUMIDOR (IDEC). Mapa de feiras orgânicas. São Paulo, 2022. Disponível em:<https://feirasorganicas.org.br/>. Acesso em: 31 jan. 2023.

LIMA, S. K. et. al. Produção e consumo de produtos orgânicos no mundo e no Brasil. Rio de Janeiro: IPEA, 2019.

MACHADO, R. M.et. al. Legislação de produção orgânica no Brasil. Pouso Alegre: IFSuldeminas, 2019.

MIGLIORINI, P. et. Al. Controversial topics in agroecology: A European perspective. International Journal of Agriculture and Natural Resources, v. 47, n. 3, p. 159-173, 2020.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO (MAPA). Cadastro Nacional de Produção Orgânica. Dados de 01 de junho de 2022. Brasília, DF, 2022.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO (MAPA). Portaria nº 52, de 15 de março de 2021. Estabelece o regulamento técnico para os sistemas orgânicos de produção e as listas de substâncias e práticas para o uso nos sistema orgânicos de produção. Brasília, DF, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt->

[br/assuntos/sustentabilidade/organicos/arquivosorganicos/PORTARIA MAPA N 52.2 021 ALTERADA PELA PORTARIA MAPA N 404.pdf](https://br.assuntos/sustentabilidade/organicos/arquivosorganicos/PORTARIA_MAPA_N_52.2_021_ALTERADA_PELA_PORTARIA_MAPA_N_404.pdf). Acesso em: 21 set. 2022.

NIGH, R.; CABAÑAS, A. A. G. Reflexive Consumer Markets as Opportunities for New Peasant Farmers in Mexico and France: Constructing Food Sovereignty Through Alternative Food Networks, *Agroecology and Sustainable Food Systems*, v. 39, n. 3, p. 317-341, 2015.

ORGANICS INTERNATIONAL & RESEARCH INSTITUTE OF ORGANIC AGRICULTURE (IFOAM; FIBL). *The world of organic agriculture. Statistics & Emerging Trends*. Hachenburg: Druckerei Hachenburg, 2022. 346 P.

SCALCO, A. R.; PINTO, L. B. Certificação orgânica: motivações e dificuldades na inserção e manutenção no sistema de produção certificada em regiões com características díspares no Brasil. *Revista de Geografia*, v. 38, n. 1, p. 254-274, 2021.

SCHNEIDER, S. Circuitos que apontam caminhos para sistemas alimentares mais sustentáveis e inclusivos. In: DAROLT, M. R.; ROVER, O. J. (Org.). *Circuitos curtos de comercialização, agroecologia e inovação social*. Florianópolis: Estúdio Sem Prelo. 2021. p. 9-16

SHUKLA, J. S. et. al. *Climate change and land. An IPCC Special Report on climate change, desertification, land degradation, sustainable land management, food security, and greenhouse gas fluxes in terrestrial ecosystems*. New Yorque: ONU, IPCC, 2019.

YIN, R. K. *Estudo de caso. Planejamento e métodos*. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

Submetido em: 15/02/2023

Aceito em: 18/05/2023

Org&Demo, Marília, v. 24, 2023. Fluxo contínuo

DOI: <https://doi.org/10.36311/1519-0110.2023.v24.e023006>



Este trabalho está licenciado sob uma licença Creative Commons Attribution 4.0 International License.